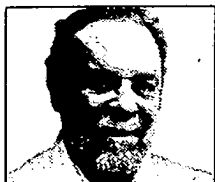


MARCIO MOREIRA ALVES



de Brasília

FH, o governante

• A política dos políticos, feita de negociações entre os partidos da base parlamentar do Governo, de acomodações de interesses conflitantes e de apaziguamentos de vaidades feridas, ocupa boa parte do tempo do presidente Fernando Henrique, que continua a ser o seu principal articulador parlamentar, embora tenha um ministro para isso. Mas o trabalho que lhe dá satisfação real é o exercício do poder de governar.

Em uma democracia que é parlamentar, embora em regime presidencialista, a pequena política é indispensável para que o governante obtenha os instrumentos que julgue necessários ao exercício da grande política.

A grande política tem como campo as políticas públicas, ou seja, a política econômica, a da educação e da saúde, a política externa e a militar, a política cultural e científica. Um homem de poder como o presidente Fernando Henrique procura exercer a grande política no sentido de mudar a sociedade, marcando-a com o selo da sua personalidade.

Ao longo dos últimos 50 anos tivemos poucos presidentes que foram homens de poder: Juscelino Kubitschek e Ernesto Geisel, sem dúvida, Humberto Castello Branco, talvez. O julgamento que a História faz dos seus períodos de governo só é consensualmente favorável quanto a Juscelino, cuja figura cresce com o passar do tempo e o arrefecimento das paixões.

Não surpreende, portanto, que um homem que tem a si mesmo em alto conceito, como Fernando Henrique, busque o seu modelo em Juscelino Kubitschek.

Fernando Henrique pode comparar-se a JK em um dos dois aspectos mais marcantes do Governo que fez: o absoluto respeito à democracia. Pode, até, reivindicar avanços. Criou o Conselho dos Direitos Humanos, deu mais força aos Direitos da Mulher, esvaziado por Collor e Itamar, deu prioridade à reforma agrária, encaminhou soluções para o espinhoso problema dos desaparecidos políticos, procura coibir o trabalho escravo e o trabalho infantil e tem até se interessado pelos direitos indígenas, os mais difíceis de se fazerem respeitados.

É na comparação com JK construtor que as disparidades são grandes. O recuo de quase meio século nos permite hoje constatar que os cinco anos de Juscelino realmente valeram 50, do ponto de vista de progresso material. Os dois anos de Fernando Henrique, quando muito, valeram dois anos mesmo.

Amanhã o presidente fará a prestação de contas da primeira metade de seu mandato. Terá muito o que apresentar em alguns campos que o seu antecessor não cuidou muito, especialmente no relativo à reforma do Estado e à educação pública. Mas não terá ainda obras às quais possa vincular o seu nome. Quando um presidente da República vai ao Norte de Minas, como foi Fernando Henrique no mês passado, inaugurar uma estrada de 40 quilômetros, é que não tem mesmo o que mostrar. É obra para prefeito, e olhe lá.

— Até agora, tivemos de administrar a escassez — diz Fernando Henrique. — Agora começamos a ter dinheiro. Ainda não temos recursos na administração direta, mas a Caixa

Econômica, que estava quebrada, vai publicar o seu primeiro balanço em quatro anos, tendo uma disponibilidade de dez bilhões, o BNDES tem mais dinheiro para aplicar que o Banco Mundial, e o Banco do Brasil, que tivemos de salvar da falência, está se recompondo. O que precisamos conseguir agora é dar capilaridade aos recursos disponíveis. É fazer com que o crédito chegue à ponta tomadora. Fazer com que os recursos que existem para a construção popular ou para a agricultura familiar sejam, realmente, emprestados a quem deles precisa.

Fernando Henrique acha que já está fazendo a reforma do Estado, que tem dois desdobramentos: a reforma da administração direta, que é da competência do ministro Bresser Pereira e que está em andamento no Congresso; a criação de novos organismos de administração de grandes setores da economia. É a que caminhou mais depressa, por não depender de reformas da Constituição. Diz ele:

— No direito brasileiro, que herdamos de Portugal, só existem duas formas de propriedade: a estatal e a privada. A organização pública de gestão privada, como a Agência Nacional de Energia Elétrica, já criada, ou a Agência Nacional das Telecomunicações, que estamos propondo, é típica do direito anglo-saxônico. Permitir que pessoas que não são funcionários do Governo gastem recursos públicos e façam contratos que não são obrigados a obedecer integralmente à lei das licitações é juridicamente complicado. Por isso as mensagens que enviamos ao Congresso demoraram tanto. Exigiram muitas consultas e muito trabalho dos departamentos jurídicos. A lei das telecomunicações é um verdadeiro código, inteiramente novo e inovador.

É no campo da educação que houve maiores inovações ao longo destes dois anos. O ministro Paulo Renato conseguiu mudar a estrutura de seu ministério, distribuindo recursos materiais e financeiros diretamente aos municípios e mesmo às escolas, e obteve grandes vitórias no Congresso. A constituição foi mudada para privilegiar a educação primária e a lei que regulamenta a mudança foi aprovada na semana passada. A TV-Escola é um poderoso instrumento de treinamento e atualização dos professores que, nas regiões pobres, passarão a ser mais bem remunerados no ano que vem.

Em virtude desses resultados, Paulo Renato, que deve dar graças a Deus por ter sido preterido no Ministério do Planejamento por José Serra, tornou-se o *enfant gatê* de Fernando Henrique.

Caso a reeleição não fosse aprovada, Paulo Renato seria forte candidato à Presidência. Só que é mais fácil um burro voar que a reeleição não ser aprovada.